

Artigo de Reflexão/Ensaio

Emancipação social e terapia ocupacional: aproximações a partir das Epistemologias do Sul e da Ecologia de Saberes¹

Social emancipation and occupational therapy: approaches from Epistemologies of the South and the Ecology of Knowledges

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi^a 

^aUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Como citar: Lussi, I. A. O. (2020). Emancipação social e terapia ocupacional: aproximações a partir das Epistemologias do Sul e da Ecologia de Saberes. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. 28(4), 1335-1345. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoEN2015>

Resumo

Este ensaio traz uma reflexão teórica sobre o fenômeno da emancipação social e a terapia ocupacional, fundamentada nas teorias desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos, particularmente, as Epistemologias do Sul e a Ecologia de Saberes. Apóia-se na sociologia das ausências e no conceito do pensamento abissal para refletir sobre o desperdício da experiência das próprias pessoas que se beneficiam da terapia ocupacional, discutindo três modos de produção da não-existência: o que deriva da lógica da monocultura do saber e do rigor do saber; aquele relacionado à lógica da classificação social; e o que se apoia na lógica produtivista. Apresenta as ecologias como forma de superação das ausências, mais especificamente, a ecologia de saberes, a ecologia dos reconhecimentos e a ecologia das produtividades, discutindo as possibilidades na terapia ocupacional. Aponta a sociologia das emergências e o trabalho de tradução como caminhos possíveis para a emancipação social e as implicações da racionalidade cosmopolita para a terapia ocupacional.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Conhecimento, Marginalização Social, Vulnerabilidade Social.

Abstract

This essay brings a theoretical thought on the phenomenon of social emancipation and Occupational Therapy, based on the theories developed by Boaventura de Sousa Santos, specifically the Epistemologies of the South, and the Ecology of Knowledge. It relies on the sociology of absences, and on the concept of abyssal

¹Este ensaio é oriundo dos estudos da autora durante o Estágio de Pós-Doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, no período de abril a outubro/2016, sob supervisão do Professor Boaventura de Sousa Santos.

Recebido em Out. 1, 2019; 1ª Revisão em Dez. 6, 2019; Aceito em Maio 2, 2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

thinking, to reflect on the misuse of the experience of the people who benefit from Occupational Therapy, examining three modes of non-existence production: the one resulting of the logic of monoculture of knowledge and rigor of knowledge, the one related to the logic of social classification, and the one based on the productivist logic. It presents the ecologies as a way to overcome the absences, particularly the ecology of knowledge, the ecology of recognition, and the ecology of productivity, discussing the possibilities inside Occupational Therapy. It points out the sociology of emergencies and translation work as possible ways for social emancipation, and the implications of cosmopolitan rationality for Occupational Therapy.

Keywords: Occupational Therapy, Knowledge, Social Marginalization, Social Vulnerability.

1 Conhecimento e Emancipação Social

Para discutir o fenômeno da emancipação social, correlacionando-o com a terapia ocupacional, fundamentar-me-ei nas contribuições de Boaventura de Sousa Santos, mais particularmente, nas reflexões teóricas sobre as Epistemologias do Sul e a Ecologia de Saberes.

Para tal, partirei de seus questionamentos sobre a ciência moderna que, ao se firmar sustentada pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, desperdiçou o conhecimento produzido em contextos subalternos, advindo da prática e da experiência.

Cabe já destacar o conceito do pensamento abissal desenvolvido por Santos (2009), o qual “[...] opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os actores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis” (os que ficam deste lado da linha, ou no Norte) “[...] e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objectos de supressão ou esquecimento” (os que ficam do outro lado da linha, ou no Sul) (Santos & Meneses, 2009, p. 13). A linha abissal é uma metáfora utilizada para a explicitação da divisão radical da realidade social entre o Norte e o Sul (entre os hemisférios, nos continentes, nos países etc.).

Assim, argumento que este é o primeiro ponto de reflexão para a terapia ocupacional, em particular para a terapia ocupacional dos países do Sul, uma vez que se desenvolveu por meio da prática com pessoas marginalizadas, excluídas, invisibilizadas e distantes de processos de emancipação social. Acredito que uma teoria que rompe com os processos de exclusão e se articula com a emancipação social pode contribuir sobremaneira com a terapia ocupacional do Sul.

Boaventura de Sousa Santos não apresenta um conceito único de emancipação social, mas desenvolve teorias que se debruçam sobre seus processos, sobretudo, explora a emancipação social em práticas emancipatórias.

A compreensão de emancipação social parte da lógica da regulação/emancipação sobre a qual se estruturaram as sociedades metropolitanas em contraposição à lógica da apropriação/violência que imperava nos territórios coloniais (Santos, 2009), e da própria tensão entre regulação social e emancipação social no Estado Liberal (Santos, 2003). O autor analisa, em profundidade, os processos sociais que ocorreram na modernidade,

apontando que embora tenha sido neste período que a igualdade, a liberdade e a cidadania foram reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social, a partir do desenvolvimento do capitalismo, as sociedades passaram a viver da contradição entre os princípios da emancipação, que focavam a igualdade e a integração social, e os princípios da regulação, que geriam os processos de desigualdade e de exclusão (Santos, 1999). É possível perceber que o autor parte da ideia de emancipação social relacionada com a conquista de direitos e de igualdade.

Pressupõe que a emancipação social existe, mas é preciso reinventá-la. E isso só é possível porque na sociedade moderna há uma tensão entre as experiências do povo, que na maioria das vezes são ruins, e as expectativas de uma vida e de uma sociedade melhores. Esta é uma questão nova, “[...] já que nas sociedades antigas as experiências coincidiam com as expectativas: quem nascia pobre, morria pobre; quem nascia iletrado, morria iletrado” (Santos, 2007, p. 18).

O autor argumenta que esta discrepância entre experiências e expectativas é fundamental para a compreensão de como ele e seu grupo de pesquisadores pensam a emancipação social na sociedade moderna. Assim, propõe teorias que focalizam esta tensão entre experiências e expectativas, as quais explicitarei ao longo do texto.

O autor sustenta que a emancipação deve ser construída “[...] a partir de uma nova relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença”, pois toda a teoria sobre a emancipação foi orientada pelo princípio da igualdade, sem sequer tocar no reconhecimento das diferenças.

Agora temos que tentar uma construção teórica em que as duas estejam presentes, e saber que uma luta pela igualdade tem de ser também uma luta pelo reconhecimento da diferença, porque o importante não é a homogeneização mas as diferenças iguais (Santos, 2007, p. 62-63).

Esta questão será mais aprofundada durante o texto.

Enfim, a reinvenção da emancipação social está vinculada a uma série de elementos relacionados com os processos de visibilidade e produção de existência de grupos marginalizados, que vivenciam situações de exclusão social e de privação dos direitos de cidadania.

Apresentarei brevemente os conceitos da razão metonímica e da razão proléptica – duas das formas do que Santos (2010) denomina de razão indolente – a fim de percorrer a crítica elaborada pelo autor sobre esta racionalidade e chegar à racionalidade desenvolvida por ele denominada de razão cosmopolita, fundamentada na Sociologia das Ausências, na Sociologia das Emergências e no Trabalho de Tradução.

Ao questionar o conhecimento ocidental hegemônico, Santos (2000, 2010) afirma que as mudanças estruturais profundas do conhecimento requerem mudanças da “[...] razão que preside tanto aos conhecimentos como à estruturação deles, ou seja, é necessário desafiar a razão indolente” (Santos, 2010, p. 97). Assim, elabora a crítica da razão indolente com base em duas de suas formas: a razão metonímica e a razão proléptica, e propõe a razão cosmopolita, fundada na sociologia das ausências, na sociologia das emergências e no trabalho de tradução. Essa forma de racionalidade é comprometida com a emancipação social.

Resumidamente, a razão metonímica é fundamentada na ideia da totalidade. Todo o conhecimento e toda a ação são referentes ao todo e o todo é soberano a cada uma de suas partes. Como consequência dessa forma de compreender o mundo, temos a exclusividade da compreensão ocidental do mundo e a impossibilidade de se pensar as partes fora da relação com a totalidade. Assim, o conhecimento fundamentado nesta visão limitada do mundo desperdiçou muita experiência social nele (Santos, 2010).

A razão proléptica é fundamentada na ideia da concepção de “[...] futuro a partir da monocultura do tempo linear” (Santos, 2010, p. 115). Essa concepção nos leva a conhecer no presente a história futura, colocando o futuro como infinito (Santos, 2007).

De acordo com Santos (2010), a recuperação da experiência desperdiçada é possível por meio da crítica da razão metonímica. Para tal, é necessária uma ampliação do mundo por meio da dilatação e diversificação do presente². O autor argumenta que esse processo tem que começar pelo que denomina de *sociologia das ausências*.

Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças (Santos, 2010, p. 102).

O autor afirma que “Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (Santos, 2010, p. 102). Identifica cinco modos de produção de não-existência: o primeiro, deriva da monocultura do saber e do rigor do saber e produz a forma social de não-existência do ignorante; o segundo, pauta-se na monocultura do tempo linear e produz o residual; o terceiro, refere-se à lógica da classificação social produzindo o inferior; o quarto, fundamenta-se na lógica da escala dominante e produz o local; e, por fim, o quinto, que se refere à lógica produtivista e se apoia na monocultura dos critérios de produtividade capitalista produzindo o improdutivo³ (Santos, 2010).

O modo de produção da não-existência mais poderoso é aquele apoiado na lógica da monocultura do saber e do rigor do saber, visto que é sustentado pela argumentação de que a ciência moderna e a alta cultura são “[...] cânones exclusivos de produção de conhecimento ou de criação artística”, respectivamente (Santos, 2010, p. 103). Assim, qualquer conhecimento para além do que é válido na ciência moderna não é reconhecido como conhecimento.

Coloco já aqui um questionamento, mas discutirei mais adiante no texto. Até que ponto a terapia ocupacional tem considerado o conhecimento das próprias pessoas que dela se beneficiam, seja numa situação de prática profissional ou de investigação? Até que ponto o conhecimento desenvolvido pelas diferentes terapias ocupacionais existentes no mundo é reconhecido reciprocamente?

A proposta da sociologia das ausências é libertar as experiências produzidas como ausentes das relações que as produziram como tal e, assim, tornarem-se presentes, ou

²Para compreensão da teoria de Santos sobre a expansão do presente e contração do futuro, ver Santos (2010).

³Para o detalhamento dos cinco modos de produção de não-existência, ver Santos (2010).

seja, “[...] serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objecto de disputa política” (Santos, 2010, p. 104-105).

2 As Ecologias Como Forma de Superação das Ausências

Santos (2010) aponta que a libertação das experiências produzidas como ausentes das relações que as produziram como tal se faz por meio do questionamento de como uma concepção tão excludente de totalidade se manteve tão hegemônica nos últimos duzentos anos e pela identificação dos modos de confrontação e superação dessa concepção de totalidade e da razão metonímica que a sustenta. Debruça-se na segunda forma e aponta que tal superação é possível por meio do questionamento de cada uma das formas de produção de ausências descritos por ele, mencionadas anteriormente. Para isso, propõe a substituição das monoculturas por ecologias, no sentido do “[...] reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia” (Santos, 2009, p. 44-45).

São cinco as ecologias identificadas: a ecologia de saberes, a ecologia das temporalidades, a ecologia dos reconhecimentos, a ecologia das trans-escalas e a ecologia das produtividades (Santos, 2010).

Farei uma incursão em três delas, nomeadamente, a ecologia de saberes, a ecologia dos reconhecimentos e a ecologia das produtividades, discutindo as possibilidades no campo da terapia ocupacional.

A ecologia de saberes parte da “[...] identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente nas práticas sociais [...] A ideia central da sociologia das ausências neste domínio é que não há ignorância em geral nem saber em geral” (Santos, 2010, p. 106). Parte do pressuposto de que todas as relações entre seres humanos e entre estes e a natureza implicam mais de uma forma de saber e de ignorância. Isso quer dizer que os conhecimentos científicos na ecologia de saberes não são descartados, são utilizados de forma contra-hegemônica.

Trata-se, por um lado, de explorar práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias pluralistas das práticas científicas e, por outro, de promover a interdependência entre os saberes científicos, produzidos pela modernidade ocidental, e outros saberes, não científicos. O princípio da incompletude de todos os saberes é condição da possibilidade de diálogo e debate epistemológicos entre diferentes formas de conhecimento (Santos, 2010, p. 107).

Como apontado por Galheigo (2014), a terapia ocupacional desenvolvida nos países do Sul vem, desde a década de 1980, produzindo práticas e conhecimentos que vão ao encontro da luta por emancipação social e pela conquista de direitos de cidadania de coletivos excluídos historicamente.

Na intenção de refletir sobre o questionamento feito anteriormente neste texto, pontuo que, ao atuar diretamente com pessoas e coletivos excluídos socialmente, certamente a terapia ocupacional poderá desenvolver junto com eles processos de

emancipação social, na medida em que as práticas e saberes construídos coletivamente considerarem o conhecimento de todos os envolvidos.

A ecologia dos reconhecimentos é a forma de confrontação da lógica da produção de ausências da classificação social (Santos, 2010). “A colonialidade do poder capitalista moderno e ocidental” identifica diferença com desigualdade e determina “[...] quem é igual e quem é diferente” (Santos, 2010, p. 110).

A sociologia das ausências confronta-se com a colonialidade, procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença e abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos (Santos, 2010, p. 110).

Para o autor, alguns movimentos sociais da América Latina, nomeadamente, os movimentos feministas, indígenas e de afrodescendentes, têm alavancado a luta por uma ecologia dos reconhecimentos.

A ecologia dos reconhecimentos pressupõe o alargamento do círculo das diferenças iguais (Santos, 2010). Neste sentido, aponto, no Brasil, a proximidade dos movimentos da Reforma Psiquiátrica e de Pessoas com Deficiência por compartilharem a ideologia e luta pelos direitos de pessoas excluídas e por uma sociedade mais justa e solidária. Compreendo que esta proximidade abre espaço para a identificação de diferenças iguais e nos coloca no caminho para a ecologia dos reconhecimentos, com forte participação de terapeutas ocupacionais (TO) pelo grande envolvimento nesses dois movimentos.

E é por meio dessa proximidade que discuto também a ecologia das produtividades. De acordo com Santos (2010), no domínio da lógica produtivista

[...] a sociologia das ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações económicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (Santos, 2010, p. 113).

A terapia ocupacional está diretamente relacionada com a dimensão trabalho na vida humana, desde sua criação como profissão. No entanto, nos países do Sul, também desde a década de 1980, está comprometida tanto com a produção de práticas direcionadas à conquista de direitos e acesso à saúde do trabalhador como também de direito ao trabalho de pessoas que foram abortadas do mundo do trabalho.

No Brasil, a luta pelo direito ao trabalho de pessoas excluídas encontrou solo fértil no movimento da Economia Solidária, o que me leva a escolher este sistema alternativo para a discussão sobre a ecologia das produtividades. Faço esta escolha também pela minha proximidade e experiência como terapeuta ocupacional no campo da saúde mental e economia solidária.

A economia solidária se apresenta como outra forma de organização do trabalho, alternativa aos moldes característicos do sistema capitalista. Constitui-se também como um movimento de alteração do modo de vida das pessoas, estimulando a solidariedade, a democracia e o respeito ao outro, à natureza e às diferenças, possibilitando a abertura de caminho para a inclusão social por meio do trabalho para pessoas que, por diversas maneiras, encontram-se em situação de exclusão social.

A economia solidária é um conceito utilizado em vários países do mundo com significados variados, porém, sempre guiados pela ideia da solidariedade em oposição ao individualismo competitivo que marca o comportamento econômico nas sociedades capitalistas (Singer, 2003). O conceito de economia solidária

[...] se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (Singer, 2003, p. 116).

A autogestão se refere a um conjunto de práticas sociais caracterizadas pela tomada de decisões de forma democrática, que possibilitam a autonomia de um coletivo. “É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos [...] por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais” (Albuquerque, 2003, p. 20).

Os empreendimentos de economia solidária priorizam a organização de grupos formados por desempregados por vários motivos, como idade, falta de qualificação ou experiência profissional, discriminação de raça ou gênero e trabalhadores em vias de perder o emprego, por exemplo, o que caracteriza a especificidade da solidariedade aos desfavorecidos (Singer, 2003). Além desses, destinam-se também a pessoas que se encontram em situação de desvantagem social por outros motivos, como pessoas com sofrimento psíquico, pessoas com deficiência, pessoas com uso problemático de álcool ou outros tipos de drogas, egressos do sistema prisional, entre outros.

O estudo de Morato & Lussi (2015) revelou que a economia solidária é referência para a organização do trabalho e da prática da(o) terapeuta ocupacional em iniciativas de inclusão social pelo trabalho. Das dez iniciativas participantes do estudo, nas quais as doze terapeutas ocupacionais entrevistadas atuavam, nove referiram a vinculação com a economia solidária. Além disso, o relato das participantes apontou

[...] que existe a proposição de um trabalho que se constrói de maneira coletiva entre profissionais e usuários, e que se traduz em práticas compartilhadas, em trocas de saberes, em relações solidárias, em divisão de tarefas, na apropriação de todas as etapas do trabalho pelo usuário, em decisões coletivas e em divisão de tarefas por afinidade (Morato & Lussi, 2015, p. 740).

Na minha percepção, este trecho explicita não somente a produção de práticas da terapia ocupacional na lógica da ecologia das produtividades como também na lógica da ecologia de saberes. Desta forma, argumento que a terapia ocupacional no Brasil tem contribuído com o processo de tornar as ausências em presenças.

3 Sociologia das Emergências: Caminhos para a Emancipação Social

De acordo com Santos (2010), enquanto a sociologia das ausências dilata o presente por meio da crítica da razão metonímica, a sociologia das emergências contrai o futuro por meio da crítica da razão proléptica. Como citado anteriormente, “A razão proléptica

é a face da razão indolente quando concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear” (Santos, 2010, p. 115). Para o autor,

A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado (Santos, 2010, p. 116).

A sociologia das emergências é presidida pelo conceito de Ainda-Não, proposto por Ernst Bloch (1995, apud Santos, 2010). O Ainda-Não está relacionado com um futuro determinado e não infinito. “É uma possibilidade e uma capacidade concretas que nem existem no vácuo, nem estão completamente determinadas”, por um lado, é “[...] capacidade (potência) e, por outro, possibilidade (potencialidade)” (Santos, 2010, p. 116-117).

A sociologia das emergências está relacionada com a investigação de alternativas de possibilidades concretas, atua “[...] tanto sobre as possibilidades (potencialidade) como sobre as capacidades (potência)”. Consiste em realizar “[...] uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes”, a fim de identificar “[...] as tendências de futuro (o Ainda-Não)” possíveis para “[...] maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração” (Santos, 2010, p. 118). Essa ampliação visa a conhecer de forma mais abrangente as condições de possibilidade da esperança e definir princípios de ação para que a realização de tais condições seja concretizada (Santos, 2010).

Assim, o autor aponta que a sociologia das emergências atua no campo das expectativas sociais possíveis, expandindo-o, enquanto a sociologia das ausências atua no campo das experiências sociais já disponíveis, expandindo-o.

As expectativas legitimadas pela sociologia das emergências são contextuais porque medidas por possibilidades e capacidades concretas e radicais, e porque, no âmbito dessas possibilidades e capacidades, reivindicam uma realização forte que as defenda da frustração. São essas expectativas que apontam para os novos caminhos da emancipação social, ou melhor, emancipações sociais (Santos, 2010, p. 119).

Neste sentido, a sociologia das emergências pode nos ajudar a identificar os caminhos para a emancipação social de pessoas excluídas historicamente que se beneficiam de práticas da terapia ocupacional. Ou seja, uma vez que a terapia ocupacional desenvolve práticas que contribuem com o processo de tornar ausências em presenças, possibilita também a investigação de alternativas concretas de potencialidades e potências, particularmente, vinculadas ao fazer humano individual e coletivo.

A sociologia das emergências opera por meio de dois procedimentos, sendo um que visa “[...] tornar menos parcial o nosso conhecimento das condições do possível” e outro que objetiva “[...] tornar menos parciais as condições do possível” (Santos, 2010, p. 120). Esses procedimentos estão relacionados com o conhecimento de pistas ou sinais das realidades investigadas e o fortalecimento destas. O conhecimento que ancora a sociologia das emergências é argumentativo e “[...] avança na medida em que identifica credivelmente saberes emergentes, ou práticas emergentes” (Santos, 2010, p. 120).

Quanto maior a “[...] multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis”, maior será a ampliação “[...] do presente e a contração do futuro” (Santos, 2010, p. 120). Enquanto na sociologia das ausências a multiplicação e a diversificação ocorrem por meio das ecologias, a sociologia das emergências as revela por meio da amplificação simbólica das pistas ou sinais, provavelmente, nos seguintes campos sociais: experiências de conhecimentos, experiências de desenvolvimento, trabalho e produção, experiências de reconhecimento, experiências de democracia e experiências de comunicação e de informação (Santos, 2010).

Para Santos (2010), a tarefa que se coloca para darmos conta da diversidade inesgotável do mundo, tomando como base a razão cosmopolita, não é identificar novas totalidades ou “[...] adotar outros sentidos gerais para a transformação social”, e sim “[...] propor novas formas de pensar essas totalidades e esses sentidos e novos processos de realizar convergências éticas e políticas” (Santos, 2010, p. 123). Assim, propõe como alternativa à teoria geral o trabalho de tradução.

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes (Santos, 2010, p. 123-124).

A tradução intercultural pressupõe assumir que existem diferentes subjetividades, diferentes linguagens, diferentes formas de acesso ao poder entre as pessoas e a sociedade. A tradução se faz por meio de processos que criam espaços de diálogos e espaços de poder compartilhado.

No campo da terapia ocupacional em saúde mental, por exemplo, talvez possamos reconhecer processos de tradução intercultural em iniciativas de inclusão social pelo trabalho por meio da economia solidária, em iniciativas culturais e em processos de participação e controle social, nos quais pessoas que foram destituídas de participação e de voz passam a participar ativamente e a ter direito à voz. Por meio da criação de espaços nos quais essas pessoas exercem poder, de alguma forma, e espaços de emancipação, cria-se um espaço de justiça cognitiva, no qual as hierarquias dos conhecimentos são dissolvidas, atenuadas, atravessando as fronteiras e as linhas abissais.

4 Implicações para a Terapia Ocupacional

Além das aproximações entre a racionalidade cosmopolita proposta por Santos (2010), que se articula com a emancipação social, e a terapia ocupacional, já descritas neste texto, descrevo algumas implicações que observo desta racionalidade para a terapia ocupacional.

Como já apontado por Galheigo (2014), os estudos sobre as Epistemologias do Sul nos ajudam a identificar que existem várias terapias ocupacionais sendo produzidas nos países do Sul, consonantes com movimentos sociais e suas lutas por emancipação social

e conquista de direitos de cidadania. As identificações entre as terapias ocupacionais do Sul nos diferenciam da identidade incorporada no início da profissão advinda dos países do Norte.

Neste sentido, retomo o questionamento colocado anteriormente neste texto sobre a existência ou não de reconhecimento do conhecimento desenvolvido pelas diferentes terapias ocupacionais existentes no mundo e argumento que o Norte também deve aprender com o Sul sobre a terapia ocupacional.

Há também aqui uma relação com a ecologia dos reconhecimentos, uma vez que as terapias ocupacionais do Sul, especificamente, da América Latina, desenvolveram-se a partir de diferenças iguais, ou seja, a partir do desenvolvimento de ações direcionadas às populações marginalizadas, em grande medida, em consequência dos processos de colonização que foram singulares em cada um dos países da América Latina.

Outra implicação das Epistemologias do Sul e da Ecologia de Saberes para a terapia ocupacional é a possibilidade de se utilizar a emancipação social como referencial teórico-analítico nas pesquisas e na produção de conhecimento em terapia ocupacional. Refletir sobre a terapia ocupacional a partir da lente da emancipação social contribui sobremaneira, no meu ponto de vista, com a episteme da terapia ocupacional.

Também no campo da investigação em terapia ocupacional, a escolha por pesquisas emancipatórias (fazer a investigação com as pessoas e não fazer sobre as pessoas) possibilita tanto a construção de conhecimento contra-hegemônico em terapia ocupacional, ou seja, que considera também o conhecimento de todas as pessoas envolvidas na investigação, exemplos: pessoas com deficiência, pessoas com sofrimento psíquico, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes marginalizados etc., como contribui com reais processos de emancipação social.

E, por fim, aponto que pode haver uma relação grande e importante entre a terapia ocupacional e práticas emancipatórias, tanto no que diz respeito às práticas profissionais como às de investigação. A terapia ocupacional, pela sua característica do fazer junto, do fazer compartilhado, é um campo fértil para que práticas emancipatórias possam ser desenvolvidas junto com as pessoas, na perspectiva de se construir coletivamente. Nesse sentido, argumento que as práticas desenvolvidas conjuntamente entre a(o) terapeuta ocupacional e a pessoa ou os coletivos podem ser práticas emancipatórias na medida em que não haja uma centralidade dessas práticas no saber e na formação profissional da(o) TO, e sim nas reais necessidades da pessoa ou dos coletivos e no protagonismo destes na luta por uma vida e uma sociedade melhores. Ou seja, não se trata de “dar” ao outro a possibilidade de, e, sim, de desenvolver junto com o outro a possibilidade de. Penso que esta é a base para o desenvolvimento de práticas emancipatórias e elas podem e devem se dar em qualquer área de atuação da terapia ocupacional.

Como colocado anteriormente neste texto, a possibilidade de contribuição da terapia ocupacional no processo de tornar ausências em presenças – de conhecimento, de produtividade, de reconhecimento etc. – e de investigar as alternativas concretas de potências e potencialidade de pessoas e coletivos, pode auxiliar nos caminhos para a emancipação social.

Referências

- Albuquerque, P. P. (2003). Autogestão. In A. D. Cattani (Ed.), *A outra economia* (pp. 20-26). Porto Alegre: Veraz Editores.
- Galheigo, S. M. (2014). Sobre identidades, latinoamericanidades e construção de saberes em terapia ocupacional: diálogos com Boaventura de Sousa Santos. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(1), 215-221. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.023>.
- Morato, G. G., & Lussi, I. A. O. (2015). Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 23(4), 733-745. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0737>.
- Santos, B. S. (1999). *A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES. Nº 135: publicação seriada do centro de estudos sociais*. Coimbra: Colégio São Jerónimo. Recuperado em 10 de maio de 2016, de <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>
- Santos, B. S. (2000). *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2003). Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65(65), 3-76. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.1180>.
- Santos, B. S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, B. S. (2009). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Coimbra: Edições Almedina.
- Santos, B. S. (2010). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S., & Meneses, M. P. (2009). Introdução. In B. S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 9-19). Coimbra: Edições Almedina.
- Singer, P. (2003). Economia solidária. In A. D. Cattani (Ed.), *A outra economia* (pp. 116-125). Porto Alegre: Veraz Editores.

Fonte de Financiamento

CAPES.

Autor para correspondência

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi
e-mail: bellussi@ufscar.br